

**INTERNACIONALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E A  
EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A  
ACREDITAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL**

**Internationalization, regionalisation, integration and higher education: some  
considerations on regional accreditation of the Mercosur**

**Internacionalización, regionalización, integración y la educación superior: algunas  
consideraciones sobre acreditación regional del Mercosur**

Jeinni Kelly Pereira Puziol\*  
Gladys Beatriz Barreyro\*\*

---

**Resumo**

O texto apresenta os conceitos de internacionalização, regionalização e integração no contexto da sociedade globalizada do século XXI e examina os processos em que se encarnam, tais como a União Europeia e o MERCOSUL registrando as políticas regionais que impactam à educação superior. Ainda, exemplifica com um processo concreto: a acreditação da educação superior no MERCOSUL Educativo. Metodologicamente, é usada revisão bibliográfica, fontes primárias e secundárias.

---

**PALAVRAS-CHAVE:** Internacionalização. Educação Superior. Acreditação MERCOSUL.

**Abstract**

The paper presents the concepts of internationalization, regionalization and integration in the context of the global society, in the 21th. Century and examines the processes like European Union and MERCOSUR, especially the higher education regional policies. Then, the MERCOSUR higher education accreditation process is analyzed. Methodologically, it is used literature review, primary and secondary sources.

---

**KEYWORDS:** Internationalization. Higher Education. MERCOSUR Accreditation.

**Resumen**

El texto presenta los conceptos de internacionalización, regionalización e integración en el contexto de la sociedad globalizada del siglo XXI y examina los procesos en que estos se plasman, como en la Unión Europea y el Mercosur, registrando las políticas regionales que referidas a la educación superior. También, trata del proceso concreto de la acreditación de la educación superior en el Mercosur Educativo. Metodologicamente, utiliza procedimientos de revisión bibliográfica, fuentes primarias y secundarias.

---

\* Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: jeinnikelly@hotmail.com

\*\* Pós-Doutora em Educação. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. E-mail: gladysb@usp.br.

**PALABRAS CLAVE:** Internacionalización. Educación Superior. Acreditación Mercosur.

## INTRODUÇÃO

Território, povo e soberania, elementos fundamentais do Estado-nação, ordenamento político tradicional que tem seus limites e fronteiras simbolicamente diluídos diante das interações entre nações, características da globalização. Internacionalização, integração e regionalização são ações que emergem com maior intensidade nesse contexto, no qual os países se configuram como territórios nacionais de economia internacional e em que relações geopolíticas, sociais e culturais interagem de forma desigual numa “sociedade em redes” (CASTELLS, 1999).

As redes são pilares importantes da sociedade contemporânea, no qual a interligação econômica, política, social e cultural é cada vez mais comum e basilar nas distintas escalas de análise: global, regional, nacional e local. Tais redes representam um conjunto de nós interligados por relações aleatórias que permitem o fluxo de bens materiais e imateriais, como matéria-prima, mercadorias, pessoas ou informações (CASTELLS, 1999). Atualmente, numa escala global, os blocos regionais se organizam em redes para ampliar suas relações econômicas e políticas entre os países, ressignificando a ideia de Estado-nação, que tem suas fronteiras e limites, econômica, política e culturalmente dissolvidos em favor de relações supranacionais, características da geopolítica global.

Os blocos regionais, além de buscarem o estabelecimento de redes no âmbito econômico e político, também têm investido na expansão das redes sociais e culturais, traduzidas no estreitamento das relações educativas, como é o caso da União Europeia e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). As redes de intercâmbio de objetos econômicos, políticos e/ou sociais são construídas a partir dos territórios que vivenciam a interdependência universal dos lugares (SANTOS, 2009). De acordo com Haesbaert (2011), o território é espaço natural de sobrevivência dos indivíduos, e ao mesmo tempo espaço humano e politicamente construído e delimitado por fronteiras, que compõem a noção tradicional de Estado-nação. Entretanto hoje se verifica a ação de desterritorialização do território, no qual um mercado universal atravessa as fronteiras, e, salvo as proporções, intensidades e objetivos, “nenhuma fração do planeta escapa a essa influência” (SANTOS, 2008, p. 81). A desterritorialização representa a movimentação das fronteiras e limites de países, na esfera econômica, política ou cultural (IANNI, 1999), e os blocos regionais personificam essa lógica de reorganização dos territórios.

Internacionalizar, integrar e regionalizar são ações que estruturam e movimentam os territórios, a desterritorialização e a sociedade em redes. As várias transformações geopolíticas e econômicas ocorridas no “breve século XX” (HOBSBAWM, 1995) – guerras mundiais, emergência de novas potências econômicas, ampliação das relações globais, guerra fria, revolução tecnológica, crises e retomadas do capital – foram fundamentais para a gestação das ações de internacionalização, integração e regionalização, configurando-se como marcos importantes da organização dos blocos regionais, evidenciando uma “[...] erosão inevitável e irreversível do Estado-nação e a emergência de uma soberania pós-nacional” (VIEIRA; BORBA, 2010, p. 38).

## **Internacionalização, regionalização e integração: revisando conceitos**

O verbo “internacionalizar” tem acompanhado a discussão sobre os processos de globalização; o termo, de origem inglesa, refere-se, de acordo com definição do Dicionário HOUAISS (2001, p. 1635), “concernente a duas ou mais nações; que se promove entre nações; relativo às relações entre nações”. A internacionalização pode ser expressa de diversas formas e intensidades, pois nem todas as nações são atingidas da mesma maneira pelas mudanças globais aceleradas a partir da II Guerra Mundial. A internacionalização possui conotações diversas, representando parcerias, acordos, cooperações e pactos entre nações, porém o que mais tem se destacado são as relações financeiras (CHESNAIS, 2002). O traço mais marcante da internacionalização é a “[...] super-expansão dos fluxos internacionais de capital de aplicação financeira em busca de valorização, de tal modo que se tornou indispensável definir a natureza das relações que ligam as atuais formas da internacionalização ao regime de acumulação financeirizado” (CHESNAIS, 2002, p. 5).

Castells (2000) analisa os processos de internacionalização por meio do paradigma da sociedade em redes, no qual economia, sociedade e cultura se inter-relacionam através da tecnologia da informação. Para o autor, “[...] informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida [...]” (CASTELLS, 2000, p. 87). Ainda sobre a internacionalização, a constituição de uma economia global e de redes transnacionais, para Castells (2000, p. 111), “uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária”.

As redes transnacionais também integram o conhecimento, e a educação formal encontra-se inserida no contexto de rupturas nacionais e relações mundiais. As universidades são pontos importantes no processo de internacionalização do conhecimento. De acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 233), “A educação superior não pode fazer de conta que não estejam ocorrendo razões suficientes para que também ela se transforme”.

Green; Eckel; Barblan (2002) analisam o processo de internacionalização, aliado às modificações operadas na educação superior, e retratam o desafio de se atender às demandas da economia mundial sem perder valores fundamentais à formação do indivíduo social.

No entanto, a inserção da educação superior na complexidade global faz emergir importantes questionamentos, como quais as formas de internacionalização que têm se configurado na prática e os objetivos que a educação superior tem cumprido, pois tem se verificado uma dominação de caráter utilitária da formação acadêmica, inclusive seguindo diretrizes provenientes da Organização Mundial do Comércio (OMC) e negligenciando a capacidade crítica e reflexiva que faz parte do *ethos* acadêmico.

Bartell (2003) apontou duas formas de se encarar a internacionalização da educação atualmente, uma simbólica e outra sinérgica. A internacionalização simbólica é compreendida como estudantes de distintos países reunidos num mesmo campus, e a internacionalização sinérgica que envolve o currículo e os programas de investigação, que influencia o papel e as atividades de todas as partes inseridas no contexto educacional.

Knight (2012) aponta cinco verdades sobre o referido assunto: a primeira trata-se da inter-relação entre as práticas regionais, nacionais e internacionais; a segunda verdade refere-se à inexistência de um modelo comum para a internacionalização; a terceira ressalta a necessidade de se estar atento sobre os impactos da internacionalização, pois estes não são apenas positivos; a quarta pontua que a internacionalização não possui um fim em si mesma, mas deve contribuir para o desenvolvimento da educação superior; a quinta e última é sobre a distinção de globalização e internacionalização e sua relação de complementaridade.

De Wit (2011) aponta que a internacionalização da educação tem adquirido uma perspectiva muito instrumental, o que tem prejudicado o seu entendimento. O autor aponta nove meios de se internacionalizar a educação superior e que parecem ter se tomado objetivo final: educação no idioma inglês; estudar ou viver fora do país; tratar temas internacionais; possuir um grande número de alunos internacionais; ter poucos alunos internacionais assegura a qualidade; não é necessário provar as competências interculturais e internacionais; quanto mais associações, mais internacionalizado; educação superior é internacionalizada por natureza; e internacionalização como um fim, e não um meio.

Philip Altbach afirma que: “a internacionalização inclui políticas e programas adotados pelos governos e pelos sistemas acadêmicos para lidar com ou explorar a globalização<sup>1</sup>” (ALTBACH, 2005, p. 64). Portanto, as universidades necessitam de autonomia no sentido de não aceitar todas as regras designadas fora do país.

Ainda, é importante ressaltar que a internacionalização é um processo relevante para o desenvolvimento da ciência e da sociedade em sua totalidade, quando sua “[...] essência é a cooperação acadêmica, a solidariedade institucional, a liberdade de pensamento” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 184), mas há também no processo de internacionalização educacional a inserção da lógica do mercado que tende a afastar a universidade de referenciais sociais para atender aos ditames mercadológicos, o que demonstra confusão entre cooperação e competição.

Verger; Herme (2010, p. 105) tecem algumas importantes considerações críticas sobre esse processo de internacionalização da educação:

[...] é um fenômeno que abrange diversos tipos de políticas, programas e dinâmicas a ser desenvolvidos em diferentes escalas territoriais (bilaterais, regionais ou globais). No que diz respeito à escala territorial, hoje os processos de internacionalização da educação superior com o maior impacto estão sendo realizados em nível regional<sup>2</sup>.

A palavra região vem do latim *regionen*, que significa uma parte de um país, uma linha de fronteira ou limite<sup>3</sup>. O verbo regionalizar, por sua vez, se refere à divisão do país em regiões para realização de estudos; isolamento de uma região das demais do país<sup>4</sup>. Essas noções, sobretudo a de isolamento, são as concepções clássicas de região, nas quais

---

<sup>1</sup>Versão das autoras do original em inglês.

<sup>2</sup> Versão das autoras do original em inglês.

<sup>3</sup> Dicionário etimológico *online*.

<sup>4</sup> Dicionário Michaelis *online*.

o principal sentido é a divisão ou o recorte espacial. Para Santos (2012, p. 87), “[...] a antiga noção de *região* não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas”. A região tem sido ressignificada no contexto de globalização, como analisou o geógrafo Roberto Lobato Corrêa em entrevista ao Jornal da UFRJ (2011, p. 17), “A globalização, na verdade, não destrói o lugar, nem a região, mas recria-os, atribuindo-lhes novo papel por meio de uma mais complexa divisão territorial do trabalho”.

A regionalização precisa de integração para o aprofundamento de suas relações econômicas.

Integração é uma palavra de origem latina, *integratio*, que significa o ato de integrar, incorporar, complementar; combinação de partes ou elementos para constituição do todo<sup>5</sup>. Herz; Hoffman (2004, p. 168) definem integração como um “[...] processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”.

A integração representa uma união de interesses, porém não existe consenso sobre o seu significado, tanto no sentido de considerá-la como um meio ou fim de determinado objetivo e também a quais objetos ela se refere. De acordo com Machlup (1976), pode-se falar em integração nacional (intranacional), regional (multinacional e bloco de países) e também mundial (global). E esses tipos de integração podem funcionar em diferentes graus de intensidade.

Balassa (1964) é um dos clássicos da Teoria da Integração, desenvolvida principalmente a partir da década de 1950. Para o autor, a integração está aliada ao desenvolvimentismo necessário às nações com a forte presença do Estado, sobretudo aquelas ao sul da linha do Equador, e também à diminuição da beligerância entre países que estiveram envolvidos em conflitos, e deveria haver uma diminuição do papel do Estado a favor da supranacionalidade. Para Balassa (1964, p. 7-8), “a integração econômica total pressupõe a unificação das políticas econômica, fiscal, etc. e requer o estabelecimento de uma autoridade supranacional”.

A integração econômica, atrelada à integração da educação superior, baseada nos diversos processos de internacionalização, caracteriza a sociedade contemporânea que é ao mesmo tempo global, nacional, regional e local. “Em lugar da sociedade nacional, com os seus dilemas e as suas perspectivas, a sociedade global, com os seus dilemas e as suas perspectivas” (IANNI, 1999, p. 98). É fundamental considerar as forças contraditórias em todos os processos de integração regional, pois “[...] ao mesmo tempo em que podem ser afinados os interesses das elites e dos atores sociais hegemônicos, também podem ser contemplados, históricos projetos das forças políticas populares” (AZEVEDO, 2013, p. 235).

## **União Europeia e MERCOSUL**

---

<sup>5</sup> Dicionário Michaelis *online*.

A União Europeia foi o bloco pioneiro na congregação de soberanias nacionais a fim de ampliar seu poder nos contextos mundial e regional. Oficializada com o Tratado de Maastricht em 1993, ela é resultado de décadas de negociações políticas, econômicas e sociais, iniciada em 1951 com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) após a II Guerra Mundial. Vieira; Borba (2010, p. 73), ao analisar a situação dos países-membros da União Europeia, ressaltam que “[...] apesar de continuarem sendo Estados soberanos, reúnem a sua soberania em algumas áreas para alcançarem níveis de força e influência que não obteriam isoladamente”.

A União Europeia trata-se de um bloco econômico, definido como Mercado Comum, ou seja, “além da tarifa externa comum, promove também a harmonização da política comercial e livre circulação de serviços, capitais e pessoas” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 170). Além de Mercado Comum, existem outras modalidades de blocos econômicos definidos, de acordo com Herz; Hoffman (2004), como Área de Livre-comércio, na qual “[...] as tarifas comerciais entre seus membros são eliminadas, mas cada um possui tarifas comerciais diferenciadas com terceiros” (p. 168); União Aduaneira, entendida como “área de livre comércio com uma tarifa externa comum” (p. 168); e União Monetária, definida como “mercado comum, acrescentando-se uma moeda comum à harmonização da política monetária” (p. 168).

Além de se configurar como mercado comum, a União Europeia também é uma união monetária, pois possui uma moeda de negociação no interior do bloco regional desde 2002 por meio de papel e moeda, o euro. Vieira; Borba (2010) compreendem a União Europeia como “[...] uma organização supranacional que possui caráter único. [...] o seu estágio de integração atual é tão alto que propiciou a adoção de uma moeda comum (o euro) [...]” (p. 55).

A supranacionalidade é entendida como algo que “que transcende o nacional; cosmopolita; que pertence a um organismo ou a um poder posto acima do governo de cada nação” (HOUAISS, 2001, p. 2644). Entretanto nem todos os blocos econômicos são representados de maneira supranacional.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um bloco oficializado pelo Tratado de Assunção e integrado por Argentina, Brasil, Paraguai<sup>6</sup> e Uruguai, que são Estados-Parte. Mas tarde, foram acrescentados como estados associados: Chile (1996), Bolívia (1998), Peru (2003), Equador e Colômbia (2004), após assinaturas de protocolos adicionais. A Venezuela passou a ser Estado Parte em 2013.

Contudo, o MERCOSUL começou a vigorar a partir do Protocolo de Outro Preto, de 1994 que implantou as regras macroeconômicas do acordo. O seu objetivo é a integração regional com o intuito de superar o subdesenvolvimento da região e aumentar a competitividade econômica; também propõe a livre circulação de mercadorias e pessoas dentro dos países que o compõem. Ainda, pretende contribuir ao desenvolvimento científico e tecnológico dos países.

A finalidade econômica é a principal no bloco, criado para garantir a competitividade externa. A Argentina e o Brasil que têm uma economia maior e maior peso defenderam baixa institucionalidade do bloco o que trouxe menor integração

---

<sup>6</sup> O Paraguai foi suspenso do Mercosul entre 2012 e 2014 quando da destituição do ex-presidente Lugo.

garantindo maior autonomia dos países tanto na política externa, quanto na econômica (COUTO, 2010).

Ao discutir a supranacionalidade no contexto dos blocos regionais, D'Angelis (2006) afirma que as instituições do MERCOSUL:

[...] não constituem propriamente uma jurisdição supranacional. Para que assim fosse, tal qual ocorre na União Européia, seria necessário contar com órgãos autônomos (distintos da representação dos Estados Partes) e com as atribuições de competência apropriadas ao papel que se convencionou dotá-los, além da eficácia direta das normas no direito interno (p. 182).

Para Mello (1996, p. 123), o essencial da integração regional é a “[...] soberania supranacional, síntese da delegação de outras soberanias”. De acordo com D'Angelis (2006), os blocos regionais necessitam de uma “soberania compartilhada ou coletiva”. No entanto, no caso do MERCOSUL, os Estados “[...] optaram por não transferir nenhuma parcela de suas competências legislativas aos órgãos do MERCOSUL [...]. Estão vinculados demasiadamente à noção clássica da soberania como inalienável e indivisível” (VIEIRA; BORBA, 2010, p. 200).

## Educação Superior e integração

Além de preverem integração econômica e política, a União Europeia e o Mercosul também buscam integrações e parcerias no âmbito da educação. A educação, sobretudo a educação superior, é fator estratégico para o desenvolvimento dos territórios e tem sido objeto de integração regional com o intuito de ampliar as possibilidades de formação e qualificação educativa para além das fronteiras nacionais. No caso da União Europeia, a integração da educação superior está sendo promovida pelo Processo de Bolonha e tem como objetivo a integração dos diferentes sistemas nacionais de educação superior por intermédio de mecanismos de acreditação, mobilidade e comparação.

Na União Europeia, no contexto do Processo de Bolonha, destacam-se alguns programas e ações: Erasmus Mundus; Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida; Emprego dos jovens: perspectivas; Agência de Execução Relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura; Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT); Eurydice; Programa a favor das instituições, associações e ações de interesse educativo e formativo; e Programa *eLearning* (FIGUEIREDO, 2014).

Além dos programas, o Processo de Bolonha possui importantes linhas de ação sintetizadas por Antunes (2007, p. 3):

1-Adopção de um sistema de graus facilmente legível e comparável; 2- Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos; 3- Estabelecimento de um sistema de créditos; 4- Promoção de mobilidade; 5- Promoção da cooperação Europeia na garantia de qualidade; 6- Promoção da dimensão Europeia no ensino superior; 7- Aprendizagem ao longo da vida; 8-Instituições do Ensino Superior e Estudantes; 9- Promover a atractividade do Espaço Europeu de Ensino Superior;

10- Estudos de doutoramento e a sinergia entre o Espaço Europeu de Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação.

No MERCOSUL, desde o começo a educação assumiu um papel estratégico, sendo assinado, em 1992, o primeiro Plano Trienal de Educação, cujas prioridades focavam em propostas de conhecimento mútuo dos sistemas educacionais para iniciar políticas de cooperação. No que diz respeito à educação superior, o plano visava à formação de recursos humanos de alto nível, a cooperação técnica definindo áreas prioritárias, realização de estudos comparativos e fomento de redes de informação (MERCOSUR EDUCATIVO, 2012).

Posteriormente, o MERCOSUL objetivou integrar a educação superior de modo a dinamizar a relação educativa entre os países-membros e criar um espaço comum para estudos, pesquisas e mobilidades (DIAS SOBRINHO, 2010).

O Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) tem como objetivo integrar os sistemas nacionais de ensino superior dos Estados-membros a partir de três atividades: o reconhecimento do processo de formação acadêmica (acreditação), o desenvolvimento de programas de mobilidade acadêmica e a cooperação interinstitucional, baseados em programas de pesquisa colaborativos e redes de trabalho. Já foram efetivados quatro planos de ações no contexto do SEM, e o quinto plano está em curso com oito princípios norteadores para a expansão: confiança, respeito e consenso, solidariedade, cooperação, impacto, difusão e visibilidade, gradualidade, diálogo e integração (MERCOSUL, 2011).

Atualmente, de acordo com MERCOSUL (2011), estão em vigência no SEM os seguintes programas e projetos: Sistema de Acreditação Regional de Carreiras Universitárias dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL); Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelos Mecanismos de Acreditação de Carreiras de Graduação; Mobilidade de Docentes de Graduação; Programa de Associação Universitária para Mobilidade de Docentes de Graduação; Programa de Intercâmbio Acadêmico de Português e Espanhol; Projeto de Apoio da União Europeia ao Programa de Mobilidade Mercosul em Educação Superior; Núcleo de Estudos e Investigações em Educação Superior; e Sistema Integral de Fomento para a Qualidade da Pós-graduação (MERCOSUL, 2011).

### **Possibilidades e limites: examinando o caso da acreditação da educação superior no MERCOSUL**

A acreditação da educação superior é uma das ações concretas em que tem se verificado processos de internacionalização pela via da integração regional, desenvolvida no Mercosul Educativo.

A acreditação está relacionada com a preocupação pela qualidade da educação que adquiriu importância com a hegemonia do neoliberalismo, nas duas últimas décadas do século XX, o que gerou reformas e políticas educativas, dentre as quais a avaliação sistêmica. Ainda, desde finais do século XX, a educação superior adquiriu importância na emergente sociedade do conhecimento, devido a sua possibilidade de desenvolver conhecimentos e tecnologias aproveitáveis para o mercado, o que reforçou a



preocupação internacional pela qualidade. Além disso a globalização precisa de trabalhadores e cientistas transnacionais, que circulem pelo mundo e cujas credenciais atestem a qualidade de sua formação (BARREYRO, 2015). Soma-se a isso que a concepção de educação divulgada por diversos organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), e o Banco Mundial, entre outros, pode ser mais facilmente assimiladas no âmbito regional, segundo assinalam Verger e Hermo (2010). A escolha da qualidade, plasmada nas políticas de acreditação da educação superior no MERCOSUL, está relacionada com as questões acima mencionadas.

A discussão sobre a acreditação da educação superior no MERCOSUL teve início em 1996 e, depois de algumas tentativas, foi estabelecido o Memorando de Entendimento sobre a Implantação de um Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do Mercosul, Bolívia e Chile (MEXA), que foi aplicado entre 2004 e 2006 acreditando cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina, que participaram de forma voluntária<sup>7</sup>.

Posteriormente, em 2008, foi criado um sistema permanente: o Sistema de Acreditação de Cursos Universitários do MERCOSUL (Sistema ARCU-SUL), que manteve as mesmas características do MEXA, mas incorporou outros cursos: Enfermagem, Odontologia e Veterinária, para realizarem as suas creditações, entre 2008 e 2012. Tanto no MEXA quanto no ARCU-SUL a acreditação é considerada como voluntária. Para sua implementação, foi proposta a criação de uma rede de agências de acreditação, integrada pelas agências de acreditação de cada país. Elas são as responsáveis por fazer as creditações (MEXA e ARCU-SUL) em seu respectivo país, pois, o processo regional é executado em nível nacional: cada um dos países estabelece os critérios para que seus cursos participem da acreditação, o que – na prática – de fato –, pré-seleciona os cursos participantes e essa pré-seleção está baseada em critérios de qualidade.

A implementação tanto do MEXA quanto do ARCU-SUL teve diversos percalços. Um deles foram as características tão diversas entre os sistemas de educação superior nacionais, em que convivem sistemas de educação superior antigos e consolidados (Argentina, Uruguai) com outros novos (Brasil), quase recém criados (Paraguai, Bolívia); em que predominam as matrículas no setor privado (Brasil, Paraguai, Chile) ou no setor público (Argentina, Uruguai); que possuem sistemas nacionais de avaliação da educação superior (Argentina, Brasil, Chile) ou não realizavam avaliações desse nível de educação (Uruguai, Paraguai, Bolívia); sistemas de massa (Argentina, Uruguai) com sistemas de elite, dentre outras (BARREYRO; LAGORIA; HIZUME, 2016).

Dessas questões, uma das que mais interferiu nos processos foi a prévia experiência de acreditação e/ou avaliação da educação superior que, no caso da Argentina e do Brasil era ampla, mas não no caso de Bolívia, Uruguai e Paraguai. O grande desenvolvimento das experiências de Argentina e do Brasil foi fundamental no desenvolvimento do Mecanismo Experimental (MEXA), mas não garantiu a realização das creditações brasileiras no ARCU-SUL, no tempo preestabelecido, pois o país demorou a cumprir com seu compromisso, devido à prioridade da agenda doméstica de educação superior (BARREYRO, 2014a) e a problemas operacionais gerados pela participação de diversos

---

<sup>7</sup> O MEXA acreditou 62 cursos, sendo 19 de Agronomia, 29 de Engenharia e 14 de Medicina. (MERCOSUR, 2008, apud BARREYRO, LAGORIA e HIZUME, 2016).

organismos do Ministério da Educação na execução dos processos de acreditação (HIZUME, 2013). Já o Paraguai começou a realizar avaliação da educação superior, influenciado diretamente pela experiência da acreditação MERCOSUL: criou uma agência de acreditação, em 2003, e desenvolveu processos internos de avaliação de cursos superiores atrelados à acreditação MERCOSUL. Porém o Uruguai realizou suas creditações regionais mediante a designação de comissões *ad hoc*, nomeadas pelo Ministério da Educação. Não criou um organismo de acreditação e realiza creditações em nível nacional só para cursos e instituições privadas (BARREYRO, LAGORIA e HIZUME, 2015).

Além das diferenças entre os sistemas, outro dos problemas é o valor das creditações. Quando ele foi iniciado, um dos objetivos era que os cursos acreditados permitissem o exercício da profissão em outros países do Mercosul. Isto, logo, foi abandonado no MEXA, pois as associações profissionais dos países têm diversos modos de funcionamento: em alguns é obrigatória a licença e em outros não. Assim, rapidamente foi percebida a dificuldade, pois não seria apenas com a acreditação Mercosul que seria permitido o exercício profissional e seria necessária decisão de política pública.

Apesar dessa situação, tanto o MEXA quanto o sistema ARCU-SUL continuaram a acreditar cursos, passando a focar na mobilidade de professores e pesquisadores. Mas, a mobilidade acadêmica, de fato e na prática, independe da acreditação e é organizada a partir de convênios entre instituições, especialmente entre universidades, pois a sua autonomia lhes permite esse tipo de relação. Ou seja, que também para a mobilidade a acreditação não resulta imprescindível.

Percebe-se que a acreditação MERCOSUL, ganha sua importância dependendo do contexto, adquirindo diversos valores. Por exemplo, Lagoria (2015) afirma que em entrevistas de pesquisa que realizou para a sua tese doutoral, detectou que a acreditação MERCOSUL possui um valor de prestígio, na Argentina, nos cursos de engenharia. A autora registra que seus entrevistados consideram positiva a acreditação MERCOSUL, pois permite que os estudantes participem do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os Cursos Acreditados do MERCOSUL (Programa MARCA). BARREYRO (2014), afirma que no caso de instituições uruguaias, corroborou a utilização do selo de qualidade MERCOSUL como estratégia de marketing, o que também ocorre em IES localizadas na fronteira do Brasil com países do MERCOSUL. A autora recuperou depoimentos de entrevistados que valorizavam o conhecimento, até então, ignorado, dos cursos de outros países, sua organização e currículos, a partir de sua participação como *peer review* dos processos de acreditação MERCOSUL, destacando sua importância para a revisão dos cursos de suas próprias instituições.

Assim, apesar dos percalços e limitações, a acreditação MERCOSUL continua ressignificando os seus valores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização é uma característica da educação superior desde os inícios da universidade, porém com a globalização, ela adquire reforços e peculiares características. A integração regional e a conformação de blocos, como a União Europeia e o MERCOSUL também incluem a educação dentro de suas prioridades e, dentre ela, a

educação superior. O MERCOSUL Educativo também considera a educação superior. Priorizou os processos de acreditação de cursos universitários e, apesar das crises pelas que atravessou o MERCOSUL (algumas atreladas às mudanças de governos nos países) continuaram a ocorrer.

Verifica-se que a política global de avaliação de instituições de educação superior, que começou a ser desenvolvida em alguns países, em nível nacional, na década de 1990, foi reforçada pelo nível regional. Assim, alguns países que não a tinham adotado, como o caso do Paraguai, começaram a desenvolvê-la em nível nacional a partir da sua participação na acreditação MERCOSUL.

Percebe-se assim, a interligação entre as escalas global, regional e nacional. Contudo, a peculiar organização do MERCOSUL em que as instâncias nacionais mantêm seu poder decisório, parecem retardar o andamento de algumas políticas de integração. Ou seja, apesar dos processos de internacionalização, ainda é importante o papel dos Estados Nacionais no âmbito do MERCOSUL que não possui instituições supranacionais.

Uma nova fase do sistema ARCU-SUL, anunciada em 2015 e a inclusão de novos países para participar dos processos de acreditação regional, poderão mostrar outros andamentos (BARREYRO; LAGORIA; HIZUME, 2016).

Mas, provavelmente, os processos continuem atrelados ao aprofundamento ou não de decisões políticas do bloco e ao aprofundamento ou não de estratégias de integração do MERCOSUL, influenciadas também pelos governos dos países que o compõem, pois apesar da crescente globalização e da internacionalização da educação superior, ainda é importante a dimensão nacional nos países do bloco.

## REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G. Globalization and the University: Myths and Realities in an Unequal World. *Almanac of Higher Education*, Washington, D.C., 2005. Disponível em: <<http://www.nhnea.org>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

ANTUNES, Fátima. O espaço europeu de ensino superior para uma nova ordem educacional? *Educação Temática Digital*, Campinas, v.9, dez. 2007. p.1-28.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A convergência de políticas para a educação superior no Mercosul: integração ou europeização? IN: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. (Org.). *Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 221-242.

BALASSA, Bela. Hacia una teoría de la integración económica. In: WIONCZEK, M. S. *Integración de América Latina: experiencias y perspectivas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964, p.3-14.

BARREYRO, Gladys Beatriz. Educação superior, internacionalização e qualidade: *AHELO*, ENADE global ou *PISA* da educação superior? 37<sup>a</sup> Reunião Nacional da Anped. Tensões e perspectivas para a educação pública brasileira, UFSC, Florianópolis, 4 a 8 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4238.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

BARREYRO, Gladys Beatriz. A acreditação MERCOSUL e a agenda interna da política de educação superior brasileira. In: SOUSA, Andréia Silva Quintanilla; CAMARGO, Arlete Maria Monte (Orgs.) *Interfaces da educação superior no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2014a. p. 49-61.

BARREYRO, Gladys Beatriz. Acreditação da Educação Superior no Mercosul: o papel do Brasil. *Relatório final*. Edital Universal: Processo N° 483.258/2011-3, 2014, 233 p. (mimeo).

BARREYRO, Gladys Beatriz, LAGORIA, Silvana Lorena e HIZUME, Gabriella . As Agências Nacionais de Acreditação no Sistema ARCU-SUL: primeiras considerações. *Avaliação* (Campinas), mar. 2015, v.20, n.1, p.49-72. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772015000100049&lng=en&nrm=iso&tlng=pt,a](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000100049&lng=en&nrm=iso&tlng=pt,a)>. Acesso em 15 de janeiro de 2016. <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000100005>

BARREYRO, Gladys Beatriz, LAGORIA, Silvana Lorena e HIZUME, Gabriella La implementación del Sistema Regional de Acreditación de Carreras Universitarias del Mercosur: algunas comparaciones entre las Agencias Nacionales de Acreditación. *Revista española de educación comparada*. 2016. (aceito para publicação)

BARTELL, Marvin. Internationalization of universities: a university culture-based framework. *Higher Education*, USA, n. 45, p. 43-70, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Sociedade em Rede, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. O fim do milénio. v. 3. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 2003.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

COUTO, Leandro Freitas. Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. *Civitas*, Porto Alegre v. 10 n. 1 p. 23-44 jan.-abr. 2010.

D'ANGELIS, Wagner Rocha. *MERCOSUL: Da intergovernabilidade à supranacionalidade?* Curitiba: Juruá, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FIGUEIREDO, Maria. Pacheco. A formação de profissionais para a educação básica no contexto do ensino superior europeu. IN: PORTUGAL, G. [et al.] (Org.). *Formação inicial de professores e educadores: experiências em contexto português*. Aveiro: UA Editora, 2014. p. 19-36.

GREEN, Madeleine; ECKEL, Peter; BARBLAN, Andris. The brave new (and smaller) world of higher education: a transatlantic view. *International Higher Education*, Washington, D.C., v. 29, September, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: histórias e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HIZUME, G. C. A Implementação do Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul: um estudo sobre as Agências Nacionais de Acreditação da Argentina e do Brasil. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo 2013, 265 p.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JORNAL DA UFRJ. *Entrevista com Roberto Lobato Azevedo Corrêa*. Ano VI, n. 62, agosto, setembro e outubro de 2011.

KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. *International Higher Education*, Boston College, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

LAGORIA, Silvana Lorena. Acreditación de carreras de grado en el ámbito nacional y regional. El caso de las Ingenierías. *Tesis doctoral*. Doctorado en Estudios Sociales de América Latina. Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina, 2015, 312 p.

MACHLUP, Fritz. A history of through on economic integration. In: *Congress of the international economic association*, Budapest. Economic integration worldwide, regional, sectorial: proceedings of the fourth Congress... New York: John Wiley, 1976. p.61-85.

MELLO, Celso de Albuquerque. *Direito Internacional da Integração*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MERCOSUL. *Plano de Ação do Setor Educativo do Mercosul (2011-2015)*. Montevideo, República Oriental del Uruguay, 2011. Disponível em: <[www.sic.inep.gov.br](http://www.sic.inep.gov.br)>. Acesso em: 02 jun. 2013.

MERCOSUR EDUCATIVO, 2012. *Plan trienal de Educación*. (s/d) Mimeografado.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. *Eurozine*, 2002. Disponível em: <<http://www.eurozine.com>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: EDUSP, 2012.

VERGER, Antoni; HERMO, Javier Pablo. The governance of higher education regionalisation: comparative analysis of the Bologna Process and MERCOSUR-Educativo. *Globalisation, Societies and Education*, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14767720903574116>>. Acesso em: 02 mai. 2013.

VIEIRA, Liszt; BORBA, Cíntia Reschke. *Nacional X Global: União Europeia e Mercosul*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

WIT, Hans de. Internacionalización de la Educación Superior: Nueve interpretaciones erróneas. *International Higher Education*, Boston College, n.64, 2011.

Recebido em: 15/01/2016

Aprovado em: 14/03/2016